



M. R

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
18 DE AGOSTO DE 2015

N.º 17/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Aníbal  
Pinto Prior e Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves. ----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 09:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
<b>ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	
Renúncia ao Mandado do Senhor Vereador, Dr. Luís Manuel Mota Bastos – Substituição ..	4
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	
1 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2016 .....	5
2 – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel, São João Baptista) e Sanhoane – Pedido de Comparticipação Financeira .....	6
<b>DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS</b>	
3 – Limpeza da estrada de Mafómedes – João Paulo Monteiro Reis – indemnização .....	6
4 – Avaria na conduta de água - José Morais Almeida – indemnização .....	7
5 - Avaria do Contador da Água – Anulação de Fatura do mês de julho - Manuel Teixeira – Sanhoane .....	8
<b>Serviços de Tesouraria</b>	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de julho a 13 de agosto de 2015 .....	9
<b>DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA</b>	
7 – POVT-12-0765-FCOES-000030 ILUPUB Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro - Fornecimento e instalação de novas luminárias e balastros eletrónicos multinível – Concurso Público .....	10
<b>DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO</b>	
<b>Serviços de Educação</b>	
8 – Atividades de Enriquecimento Curricular – Aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião .....	12



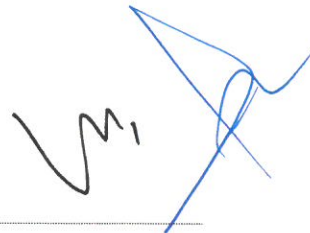
---

**Serviços de Desporto**

- 9 – Associação de Futebol de Vila Real – Futebol Feminino Sub-19 Comparticipação Financeira ..... 13
- 10 – Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira ..... 14

**Serviços de Ação Social**

- 11 – Agregados Familiares Desfavorecidos do Concelho de Santa Marta de Penaguião - Concessão de Apoios ..... 15



---

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Renúncia ao Mandato do Senhor Vereador, Dr. Luís Manuel**

**Mota Bastos – Substituição**

----- Na sequência da renúncia ao mandato apresentada pelo Senhor Vereador, Dr. Luís Manuel Mota Bastos, eleito pelo PPD/PSD, na reunião realizada no passado dia 4 do corrente mês de Agosto, após a convocação do membro substituto efetuada em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 79.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e, verificada a identidade e legitimidade, assumiu o cargo de Vereadora a Senhora Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, aproveitou para saudar e dar as boas-vindas à Senhora Vereadora, Prof. Sandra Gonçalves, fazendo votos que o seu mandato corra dentro do que é expectável e que a sua participação nas tomadas de decisão, os assuntos sejam tratados de forma adequada e no intuito de servir o bem público. -----

----- Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara, aproveitando o facto do Senhor Vereador Aníbal Prior assumir a liderança do Partido do PPD/PSD, na oposição, no Executivo Municipal, com a renúncia ao mandato do Senhor Vereador Dr. Luís Bastos, dado ter integrado a lista por que foi eleito em segundo lugar, a propósito da continuada publicação insultuosa e de mal dizer nas redes sociais, por um membro da Assembleia Municipal, perguntando ao Senhor Vereador Aníbal Prior se se assumia como líder da oposição em nome do PSD, ao qual ele respondeu que sim. Perguntou ainda aos Senhores Vereadores do PPD/PSD se se reveem e subscrevem as publicações e a forma apelidada de "*Executivo da vergonha*", dado que fazem parte do órgão colegial, Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Aníbal Prior, sobre este assunto, disse não se encontrar preparado para politicamente, em nome do partido que representa na Câmara Municipal, poder responder à questão, afirmando que o fará numa próxima reunião. -----





## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### **Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2016**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, deverão fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, ou seja, 0,3% a 0,5% para os prédios urbanos (redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro). -----

----- Acresce que a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à AT-Autoridade Tributária e Aduaneira até 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas. -----

----- Face ao exposto, proponho; -----

----- 1 - Que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2016, dos prédios urbanos; -----

----- 2 - Que a proposta seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, sob a forma de proposta, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, fixar, para os prédios urbanos, a taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no exercício económico do ano de 2016, em 0,3%, e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**



**União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel, São João Baptista) e Sanhoane – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 2 – Presente à reunião ofício do Senhor Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, registado com o n.º 1910, de 06 de agosto de 2015, a dar conhecimento que pretendem levar a efeito obras no cemitério de Sanhoane, designadamente, construção de casas de banho, um espaço para arrumos, e, pavimentação, em cubos, dos passeios. -----

----- Estando as referidas obras orçadas em, aproximadamente, 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), solicitam, à Câmara Municipal, um apoio financeiro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), à União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, e aprovação da minuta do contrato a celebrar, anexo à presente ata. -----**

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Limpeza da estrada de Mafómedes – João Paulo Monteiro Reis  
– Indemnização**

----- 3 – Presente à reunião informação dos Serviços Administrativos da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “No passado dia 4 de Agosto de 2015, quando o funcionário desta Câmara Municipal **Adelino Luís Sousa Coutinho**, em serviço no Lugar de Mafómedes, freguesia de Sever, efetuava a limpeza da estrada com uma máquina (roçadeira) saltou uma pedra e foi bater no



vidro da porta da frente do lado esquerdo do veículo, que se encontrava estacionado pertencente ao Senhor João Paulo Monteiro Reis. -----

----- O Senhor **João Paulo Monteiro Reis**, apresentou o orçamento para colocação do vidro na referida viatura, realizado pela Oficina Cartondela, com sede na Rua da Lousada, Godim, Peso da Régua, no valor total de **152,31 €**. -----

----- O sinistro não foi participado à Seguradora uma vez que, considerando que do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado pelo requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura, ou seja o pagamento do valor de **152,31€ (cento e cinquenta e dois euros e trinta e um cêntimos)** uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização no valor de 152,31€ (cento e cinquenta e dois euros e trinta e um cêntimos), nos termos da informação dos serviços.** -----

#### **Avaria na conduta de água - José Morais Almeida**

##### **- Indemnização**

----- 4 – Presente à reunião informação dos Serviços Administrativos da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- "Na sequência do rebentamento da conduta de água, na Rua Trás da Câmara, nº 16, Lugar do Alto, junto à habitação do Senhor José Morais Almeida, provocou infiltração de água originando fissuras na parede e danificação da pintura na mesma, conforme informação do Fiscal Municipal e do Canalizador Afonso Pimentel. -----





----- O Senhor **José Morais Almeida** apresentou o orçamento para reparar as fissuras da parede e pintura, realizado pelo Empreiteiro Adamastor Construções, com sede no lugar de Travassinhos, Sanhoane, no valor de **240,00 €**. -----

----- O sinistro não foi participado à Seguradora uma vez que, considerando que do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado pelo requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada habitação, ou seja o pagamento do valor de **240,00€ (duzentos e quarenta euros)** uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização no valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), nos termos da informação dos serviços.** -----

#### **Avaria do Contador da Água - Anulação de Fatura**

##### **Manuel Teixeira - Sanhoane**

----- 5 – Presente à reunião informação dos Serviços Administrativos da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “No processamento dos recibos de água referentes ao mês de julho, foi emitida uma fatura recibo do consumidor Manuel Teixeira, residente em Sanhoane, com 137m3 de água e que perfaz a quantia de 753,36€. Dado que se trata de um consumo exorbitante, para uma instalação que tem um consumo médio mensal de 8 m3, foi mandado verificar o estado do contador respetivo. Uma vez que a responsabilidade da avaria em causa não pode ser imputada ao consumidor, e, em face disso sugere-se a anulação da fatura emitida ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento de abastecimento de água do Concelho. -----



----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, anular a fatura da água referente ao mês de julho, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento de Abastecimento de Água do Concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

### Serviços de Tesouraria

#### Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de julho a 13 de agosto de 2015

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de julho a 13 de agosto de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	13/08/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		5 568 691,46
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	3 047 905,55	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	2 520 785,91	
			(*) Compromissos	8 215 120,24	
Receitas Orçamentais		6 418 227,00	Operações de tesouraria	9 569 277,73	327 081,17
Correntes	3 640 581,81		Saldo para o dia seguinte:		1 453 494,91
Capital	2 777 645,19		Execução orçamental	1 453 013,34	
Operações de tesouraria		301 497,28	Operações de tesouraria	481,57	
Total		7 349 267,54	Total		7 349 267,54

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----



## DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

### **POVT-12-0765-FCOES-000030 ILUPUB Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro Fornecimento e instalação de novas luminárias e balastros eletrónicos multinível – Concurso Público**

----- 7 – Presente à reunião informação da Senhora Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “Considerandos: -----

----- A Directiva n.º 2006/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e dos serviços energéticos, estabeleceu a obrigação dos Estados Membros publicarem o plano de Ação para a eficiência energética, estabelecendo a meta, de pelo menos 1% de poupança de energia até 2016. -----

----- Em relação ao disposto na Directiva n.º 2006/32/CE a Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008 aprova o Plano de Ação para a Eficiência Energética – Portugal Eficiência 2015, documento que engloba um conjunto alargado de programas e medidas consideradas fundamentais para que Portugal possa atingir os seus objetivos, nomeadamente o Programa designado por Eficiência Energética no Estado com um conjunto alargado de medidas entre as quais a melhoria da eficiência energética na Iluminação Pública (IP). -----

----- Neste contexto, foi elaborada ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) pela CIMDOURO a candidatura ILUPUB Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro, que incorpora as seguintes ações: instalação de balastros eletrónicos em luminárias existentes nas redes de iluminação pública para substituição dos atuais Balastros Ferromagnéticos e ainda a instalação de luminárias com tecnologias Led. Estas ações permitirão atuar na redução dos consumos energéticos. -----

----- O contrato de financiamento da operação POVT-12-0765-FCOES-000030-Ilupub – Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro foi outorgado em 10 de abril, do corrente ano, pelo que neste momento, importa promover a abertura do procedimento atinente à contratualização do “Fornecimento e instalação de novas luminárias” e balastros



eletrónicos multinível”, pois de acordo com o disposto na cláusula 6.ª do contrato supra, a operação tem que se encontrar terminada física e financeiramente em 31/12/ 2015. -----

----- Face ao exposto, tenho a honra de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere: -----

----- 1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 18.º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, e do artigos 36.º do Código dos Contratos Públicos, autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, no montante máximo de 165.272,70 € (cento, sessenta e cinco mil duzentos e setenta e dois euros e setenta centimos), ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 2. Em cumprimento dos artigos 36.º e 38.º, conjugados com as disposições da alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º e da alínea b), do n.º 1 do artigo 16.º todos do CCP, adotar o procedimento de concurso público, considerando que a estimativa orçamental para o fornecimento em causa é de 165.272,70 € (cento, sessenta e cinco mil duzentos e setenta e dois euros e setenta centimos), ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor, repartido pelos seguintes lotes: -----

----- Lote 1 – Novas Luminárias – 47 497,00 € (quarenta e sete mil quatrocentos e noventa e sete euros) ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 2 – Balastros eletrónicos multinível – 117 775,70 (cento e dezassete mil, setecentos e setenta e cinco euros e setenta centimos) ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 3. Aprovar as peças de procedimento (Programa do procedimento e Caderno de Encargos) ao abrigo da alínea b), do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 40.º do CCP bem como os Projetos de Execução acompanhados do mapa de quantidades e mapa de orçamento. -----

----- 4. Fixar para apresentação das propostas o prazo de 16 dias. -----

----- 5. Determinar o prazo de execução do contrato em 45 dias a contar da celebração do contrato. -----

----- 6. Designar os elementos que compõem o Júri, a quem compete a condução do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, nos termos seguintes: -----

----- Membros Efetivos: -----

----- Presidente – Sónia Maria Garcia Catarino; -----

----- 1.º Vogal – Maria Adelaide Rodrigues Vaz Machado Sanfins; -----

----- 2.º Vogal – Cidália de Fátima Pinto Monteiro. -----

----- O primeiro vogal substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----





----- Membros Suplentes: -----

----- 1.º Vogal – Carmen Carvalho Pereira; -----

----- 2.º Vogal – Cristina Maria Martins Coelho. -----

----- 7. Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, delegar no júri do concurso as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

----- O presente procedimento tem enquadramento no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015, sob o código 3.4.2, rubrica económica 02/07.03.03.04 e projecto Ação n.º 99/2014 - ILUPB Douro – Município de Santa Marta de Penaguião/Substituição do equipamento de iluminação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a abertura do concurso Público “POVT-12-0765-FCOES-000030 ILUPUB Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro Fornecimento e instalação de novas luminárias e balastros eletrónicos multinível”, nos termos da informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana.** -----

## **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

### **Serviços de Educação**

**Atividades de Enriquecimento Curricular – Aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião**

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na sequência da deliberação em reunião de câmara a 16 de junho de 2015, na qual foi aprovado por unanimidade o recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em funções Públicas por tempo determinado, tendo, o mesmo assunto, sido submetido à apreciação da



Assembleia Municipal em sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 2015, com aprovação por unanimidade, e de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 10º e o artigo 12º do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho, propõe-se ao executivo Municipal a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração anexa à presente ata, a celebrar entre o Município, Entidade Promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular, e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, anexo à presente ata.** -----

### **Serviços de Desporto**

#### **Associação de Futebol de Vila Real – Futebol Feminino**

##### **Sub-19 - Participação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador José Manuel Moreira, com o seguinte teor: -----

----- “A Seleção Nacional de Futebol Feminino Sub-19, irá realizar um estágio, de 24 a 27 de Agosto, que culminará com duas partidas no nosso Distrito, cujo adversário será a sua congénere da Polónia. A Associação de Futebol de Vila Real, propôs que um desses jogos, a realizar dia 25 de Agosto, pelas 18 horas tivesse lugar no Estádio Municipal de Santa Marta, solicitando ao mesmo tempo um apoio financeiro para custear as despesas do referido estágio. -

----- Considerando que este jogo é um evento desportivo que engrandece Santa Marta e ajudará a projetar o nosso concelho a nível Nacional e Internacional. -----

----- Considerando que o mesmo poderá ser um incentivo às nossas jovens, para a prática desta modalidade desportiva e a ocupação dos tempos livres que a mesma lhes poderá proporcionar. -

----- Considerando que a iniciativa da realização destes jogos internacionais em Santa Marta, é um reconhecimento das entidades que regem o futebol, quer regionais quer nacionais, de que as instalações desportivas municipais dispõem de boas condições para o desenvolvimento desta e de outras atividades. -----





----- Proponho ao Executivo Municipal que ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo 1, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere apoiar a realização desta atividade, concedendo uma comparticipação financeira à Associação de Futebol de Vila Real. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

#### **Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 10 – Presente à reunião ofício do Clube de BTT Trilhos de Penaguião, registado com o n.º 1952, de 13 de agosto de 2015, dando conta que vão realizar no dia 6 de setembro do corrente ano o “1.º BTT Nos Trilhos de Santa Marta”. -----

----- Considerando que este evento, sem vertente competitiva, terá dois percursos, um de 40Km e outro de 20Km, e que promoverá a região de Santa Marta, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar as despesas inerentes à realização do mesmo. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.000,00€ (mil euros), nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----





**Serviços de Ação Social**

**Agregados Familiares Desfavorecidos do Concelho  
de Santa Marta de Penaguião - Concessão de Apoios**

----- 11 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “No âmbito do programa municipal de atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis, cujo regulamento foi publicado in Diário da República a 9 de novembro de 2006, o município de Santa Marta tem vindo desde então, a conceder apoio económico aos munícipes cujas habitações se encontrem em condição habitacional comprovadamente desfavorável ou degradada. A concessão de tal apoio está dependente da submissão de pedido de ajuda por parte dos agregados carenciados, através da instrução do pedido nos serviços municipais e posterior análise técnica do mesmo. ---

----- Após a análise processual e a realização de visitas domiciliárias, foi elaborada uma lista com os pedidos enquadráveis com o regulamento municipal em vigor. -----

----- Assim, ao abrigo do ponto 3 do artigo 24.º do regulamento para a concessão de apoios a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Santa Marta de Penaguião, propõe-se que o executivo municipal delibere de acordo com a informação constante na seguinte tabela: -----

Nome	Montante do apoio
Edgar Osório Figueira	2160€
Horácio Pinto Sequeira	2025€
Maria Preciosa Rosa	2000€
Acácio de Oliveira Carvalho	1500€
Maria dos Santos Duarte	2500€
António de Sousa Lopes	2500€
Diodato Nogueira	2300€
Sérgio Fernando Melo Pinto	1300€
Joaquim Pinto Borges	1700€
António de Jesus da Silva	2500€
Jorge Paulo Bacelar Pereira	1200€
António Carlos Gonçalves Bernardo	1200€
José Pinto Pereira	2670€
Ana da Conceição Teixeira	3000€
José Henrique Mesquita Fonseca	1000€

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 17 de 18 de agosto de 2015**

Nome	Montante do apoio
Maria Ascensão Ferreira B. Santos	1000€
Nuno Silvério de Sousa	1500€
Maria da Livração Silva Mesquita	1500€
Total	33555€

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com a abstenção e o voto contra dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Senhor Aníbal Pinto Prior e Prof.<sup>a</sup> Sandra Gonçalves, respetivamente, atribuir os montantes aos agregados familiares, nos termos da proposta, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 09:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)